

Geografia política: o que é afinal e para que serve

<https://doi.org/10.26512/2236-56562021e40254>

Iná Elias de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro
inacastro@uol.com.br

A geografia política acadêmica é tão antiga quanto a geografia institucionalizada como disciplina universitária. Seu objeto de conhecimento e pesquisa é tão amplo como pode ser todo e qualquer fenômeno que de algum modo articule política e espaço. Esta afirmação aponta duas dificuldades do campo na atualidade: o risco de percebê-lo como demasiado amplo e a necessidade de compreensão sobre o que política significa. Não se trata aqui de recuperar uma bem estabelecida bibliografia sobre os debates e a linha do tempo dos temas priorizados na disciplina, mas de destacar o paradoxo entre os trunfos e os obstáculos que as questões da geografia política contemporânea têm apresentado. Desde os seus fundamentos ratzelianos e derivas do nazismo, passando pelas teses de Mackinder, Mahan e Bowman que teorizavam as condições do poder das potências e do imperialismo no início do século XX, a geografia política e suas teses centradas na razão de Estado como potência e dominação foi marginalizada, sem ter deixado de existir. Após a década de 1970, com as mudanças do contexto global, a emergência de novas questões internas e externas aos Estados nacionais favoreceram maior visibilidade da política e sua imbricação com o espaço e, por consequência, da geografia política.

É neste sentido que dois fantasmas não completamente exorcizados no campo continuam assombrando e criando dificuldades a uma elaboração mais sofisticada das questões levantadas para as pesquisas, tão necessárias na atualidade: o problema da política como força motriz dos acordos entre grupos sociais com interesses diferentes nas sociedades territorialmente organizadas e o Estado-nação como campo de forças desses interesses. A primeira objeção a esta assertiva tem sido a ideia de que ela contém uma volta ao que seria uma geografia do Estado ou uma submissão da geografia aos poderes hegemônicos das grandes potências. Esta tem sido uma crítica recorrente que felizmente começa a ser menos presente nas novas gerações de geógrafos interessados nas questões espaciais que podem explicar ou serem explicadas pela política.

Além desses fantasmas, a geografia política tem enfrentado há décadas os problemas colocados pela confusa indiferenciação semântica entre os termos geografia política e geopolítica, e suas implicações para as formas como a disciplina se apropria

de um ou do outro campo do conhecimento, pois é disso que se trata. E, claro, os prejuízos que a falta de clareza na nomenclatura acarreta.

Acrescente-se a esses problemas nada simples, um outro que considero fundamental enfrentar. Este não chega a ser um fantasma, mas um modelo de análise sedutor, porque aparentemente muito lógico, que tem conduzido a reducionismos de vários tipos na crítica às hegemonias do poder, do capitalismo, da globalização, do neoliberalismo etc., e define uma pretendida hegemonia do pensamento que se transforma numa prisão conceitual e teórica que enquadra a realidade estudada, qualquer que ela seja. Refiro-me aqui aos cânones da geografia crítica caudatária da matriz teórica do marxismo¹ que, se foi importante para trazer novos temas e debates a partir da década de 1970 do século XX, sofreu as consequências do seu sucesso e transmutou-se, em muitos casos, numa vulgata simplista que nada explica e nada ensina porque nada pesquisa, uma vez que as respostas já estão prontas. O problema não está na matriz marxista, mas na ideia de que ela detém todas as respostas.

Uma delimitação do campo da geografia política a partir das duas grandes matrizes intelectuais da modernidade ocidental, como a marxista ou a liberal, cada uma com muitas subcorrentes, parece insuficiente para compreender a riqueza do campo da política contemporânea e o modo como ela invade os lugares e o cotidiano das sociedades. Na realidade, a proposta da discussão aqui é estar atento aos fenômenos geográficos analisados através das muitas perspectivas teóricas que se abrem pela multidisciplinaridade, sempre que uma disciplina se subdivide para melhor apreender fenômenos que deixam de merecer a devida atenção sob um olhar apenas focado no seu campo. Trata-se aqui de chamar a atenção para as muitas possibilidades da teoria política para a geografia, como aliás Graham Smith fez em 1994².

Do ponto de vista teórico conceitual, a geografia política tornou-se eclética e tem desafiado a priorização de teorias ou grupos sociais particulares e busca identificar, ao contrário, atores-chave nos processos analisados. Nas questões novas, e mesmo nas renovadas, com as quais as relações entre sociedade, poder político e território se deparam, perspectivas teóricas competem entre si, o que resulta em uma tensão criativa nas abordagens dos muitos temas contemporâneos colocados para a disciplina.

¹ Uma leitura fundamental aos iniciantes que desejam compreender o contexto histórico das experiências socialistas e o ambiente intelectual do pensamento marxista até a revolução de outubro é: Wilson, E. **Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história.** Companhia das Letras, São Paulo 2006.

² Smith, G. Teoria política e geografia humana. In: Gregory, D., Martin, R., Smith, G. (Orgs.), **Geografia Humana. sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

Não proponho fazer uma revisão bibliográfica, que se encontra disponível em profusão com os recursos da internet, e que também já fiz em diferentes textos, mas trazer uma discussão das questões que considero relevantes para limpar o terreno da geografia política e dar visibilidade aos percursos mais atrativos para aqueles que desejam compreender como a política pode ser útil à geografia e esta à política. O texto está dividido em três partes que em linhas gerais são: a caça aos fantasmas, o problema semântico e o lugar da crítica. Reservo uma parte final para apresentar as muitas possibilidades da geografia política – livre de assombros, identificada e com competência crítica – em dois temas importantes na atualidade: a democracia e o populismo.

Caça aos fantasmas

A relutância em aceitar a política como o campo da resolução de conflitos de interesses é o primeiro fantasma da geografia política que tentarei exorcizar aqui. Ter que recorrer aos fundamentos da política para tratar da geografia política parece à primeira vista um truísmo, no entanto, nunca é demais lembrar que a influência da corrente crítica no pensamento geográfico levou à maior aproximação com o pensamento sociológico do que com a ciência política. A consequência dessa incorporação sem acompanhar o debate nas ciências sociais foi esvaziar a geografia política da política que, para a sociologia, está na sociedade, não nas instituições. O prejuízo para a geografia política é evidente na medida em que o território é um campo de forças institucionais que vão desde àquelas dos microuniversos sociais, como a família, os conselhos de representação de interesses em comunidades etc., objetos de análise preferenciais na sociologia, àquelas que organizam o processo decisório, ou seja, que detém o poder de coerção legítima, preferenciais na ciência política. Coerção, palavra horrível e inaceitável pela corrente crítica, especialmente a de viés libertário. É só olhar em torno, no espaço ou no tempo, na história dos povos e na história individual de cada um, e verificar que não existe vida social sem coerção. Não sei se devo pedir desculpas aos utópicos uma vez que a história está cheia de violências autoritárias cometidas por essas utopias, haja à vista a guerra espanhola e as demais revoluções que empunhavam a liberdade e a igualdade como bandeira, desde a Revolução Francesa passando pela soviética, chinesa, cubana e o sandinismo na Nicarágua, para ficar apenas nas mais conhecidas.

O problema é que a palavra coerção, esvaziada do seu sentido de legitimidade institucional, é um trunfo no pensamento proto-autoritário, seja ele de direita ou de esquerda. É evidente que coerção supõe forças desiguais, mas há legitimidade na força que não implica violência física ou moral. A legitimidade supõe a aceitação de regras gerais estabelecidas socialmente para o bem comum, contrariando muitas vezes aquilo que gostaríamos individualmente de fazer. Estamos na atualidade diante do dilema sobre valor das decisões individuais e os impactos sobre o coletivo – vacinar ou não vacinar, usar máscara ou não, aglomerar ou não – e a coerção legal estabelecida por diferentes governos em diferentes partes do mundo e, claro, a reação daqueles que não aceitam abrir mão de suas preferências individuais.

Esses são argumentos para o debate necessário sobre a compreensão da política como um sistema institucional e operacional de resolução de conflitos de interesses que se materializam em leis e normas de comportamento, apresentando os riscos da falácia, muito comum na literatura sociológica, de considerar a política como uma esfera abstrata³. Nunca é demais, portanto, trazer, mesmo que de modo bastante sucinto, o debate sobre o campo da política como prática e conhecimento acadêmico em oposição à fragilidade conceitual de limitar a ação política à esfera abstrata da negociação em que todos se sentem igualmente engajados na busca do bem comum. Claro, ir contra modelos abstratos é uma missão quixotesca uma vez que estes são muito mais sedutores pois podem se enquadrar em qualquer realidade imaginada. Não é preciso recorrer à história e à geografia. Mas nunca é demais tentar.

O ponto de partida é que a política é um sistema institucional e operacional de resolução de conflitos de interesses que se materializa em leis e normas de comportamento. Todas as sociedades complexas, mesmo na antiguidade, tiveram necessidade de estabelecer normas impositivas para o conjunto da sociedade. Trata-se de um conceito que, embora definido nos termos oferecidos por Aristóteles de conciliação de interesses opostos, é amplamente aceito, porém com a ressalva de que nenhuma conciliação de interesses pode ser alcançada sem que exista uma entidade com maior poder de se impor sobre cada um dos lados, mesmo que esta entidade seja o contrato ou o acordo para que vivam em harmonia.

³ Extraído da discussão no texto: Castro, I. E. Espaços públicos como espaços políticos: O que isso quer dizer? *Geografares*, v.26, 2018, p. 12-33.

Nesse campo, como em outros campos do conhecimento, existem duas possibilidades: uma que busca a construção de uma teoria geral empiricamente orientada e outra orientada pela especulação filosófica, ou seja, a evasão do mundo dos fenômenos que permite avaliá-los e modificá-los. Neste sentido, é possível apontar de modo sucinto duas vertentes de compreensão e análise política: na primeira, o trabalho de Maquiavel que, ao demonstrar a importância da política como prática virtuosa do Príncipe, teorizou sobre a prerrogativa do poder de mando e obediência centralizado no território do nascente Estado Moderno, que constitui ainda uma questão empírica e teórica importante para as ciências sociais. E aquela da política deduzida da especulação filosófica, cujo exemplo mais importante é a elaboração de Marx, que inverte a ideia do Universal ético político de Hegel (o Estado) e transfere esse *ethos* para a sociedade. Grosso modo, temos duas matrizes do pensamento sobre a política. A primeira, mais frequente na ciência política, mas também na sociologia analítica e empírica de Max Weber, focada nas relações institucionais de poder e a segunda, mais importante nas correntes sociológicas especulativas, centradas nos fenômenos sociais e mais voltada para as ações individuais de onde emergem esses fenômenos⁴. Esta última tem influenciado fortemente a geografia humana, e não apenas em sua vertente crítica.

Há na diferença apontada acima uma questão interessante sobre o lugar da política: nas instituições fundadas para gerir conflitos nos limites de um território ou na sociedade, ou seja, no interior das relações sociais. É possível neste ponto recorrer à ideia de verticalidade e horizontalidade utilizada por Sartori⁵ para estabelecer uma diferença fundamental entre o mundo da política e o mundo social. Para ele,

quanto mais nos afastamos do formato da *polis*, da pequena comunidade-Estado, mais os aglomerados humanos adquirem uma estruturação vertical. Esta verticalidade é a tal ponto estranha à ideia helênica de “política” que foi teorizada durante milênios, com a ajuda de um vocabulário latino: *principatus, regnum, dominium, gubernaculum, imperium, potestas* etc. O fato de que no século XIX esta terminologia refluíu sobre o termo “política” constitui uma perturbadora inversão de expectativa. Hoje acolhemos a dimensão vertical da política em uma palavra que demonstrava, ao contrário, sua dimensão horizontal. Com essa alteração, a dimensão horizontal terminou sendo advogada pela sociologia, enquanto a esfera da política se restringe, tendendo a limitar-se a uma atividade do governo: em substância à esfera do Estado. Contudo, (...) registramos agora um fato novo, a democratização e massificação da política. (SARTORI, 1981, p.170).

⁴ Bronner, G.; Géhin, E. **Le danger sociologique**. Paris: PUF. 2017

⁵ Sartori, G. **A política**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Esta massificação tem consequências importantes sobre a ubiquidade dos sistemas políticos e sobre o alargamento do próprio conceito de Estado; no entanto, a essência da verticalidade como característica da autonomia da política permanece. Um bom exemplo são os processos eleitorais, que constituem métodos de recrutamento para cargos políticos, ou seja, integram os processos verticais do sistema político ou as relações das instituições políticas com o território como analisado por Michael Mann⁶.

Neste ponto vale mencionar o debate entre politólogos e sociólogos, cada um reivindicando o primado da competência para a análise da política. Para os últimos, a sociologização da política estaria associada à democratização da política e a uma verticalidade ascendente que refletiria um poder popular. No entanto, para os críticos desta premissa, as reduções sociológicas “achatam” a política, e sua verticalidade resultaria de uma variável dependente do sistema social e das estruturas socioeconômicas, além do risco de, ao considerar a ubiquidade da política, fazê-la perder sua especificidade e desaparecer nas próprias relações sociais. Para os primeiros, por sua vez, as decisões políticas se referem a uma gama variada de assuntos de política econômica, social, religiosa educacional etc., mas, o que as tornam políticas é o fato de serem tomadas por pessoas em posições políticas, ou seja, o que define a natureza da política é o seu lugar no sistema social. E este lugar é aquele das decisões *erga omnes*, ou seja, aquelas que sob a forma de leis (ou com outra forma), são aplicáveis coercitivamente à generalidade dos cidadãos. Em outras palavras, enquanto um sistema político se mantém de pé, os comandos *erga omnes* são aqueles que emanam de sua dimensão propriamente política, capazes de decisões soberanas, mais difíceis de evitar, seja pela determinação territorial seja pela intensidade coercitiva.

Há que fazer menção a Hanna Arendt⁷, pensadora política independente que esteve no ostracismo durante décadas e que recentemente foi descoberta pela geografia. Embora não seja possível categorizá-la em uma corrente filosófica particular, sua sensibilidade para a política como uma necessidade imperiosa para a vida humana, individual e coletiva que possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos em paz e tranquilidade reforça o argumento que procuramos desenvolver. A compreensão da autora de que a política se dá em espaços concretos que possibilitam encontro, debate, visibilidade e deliberação convoca os geógrafos a partilhar um pouco mais dessas

⁶ Mann, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: Hall, J. (Org.) **Os Estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

⁷ Arendt, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.

reflexões, presentes de modo mais ou menos direto nas discussões sobre o mundo da política. O espaço é parte das relações políticas e o homem como ser que age constitui o centro da política, como bem notou Hanna Arendt em seus textos sobre política, poder e democracia.

Este debate tem ecos na geografia humana, especialmente na vertente que de modo direto ou indireto aproxima-se das correntes da sociologia crítica. Também a geografia política é impactada por esta disputa sobre o lugar da política, se institucional ou diluído nas relações sociais, e defronta-se com o paradoxo de manter o nome da disciplina, porém esvaziando seu conteúdo. Neste sentido, as escolhas são necessárias e devem ser orientadas pela força e coerência dos marcos conceituais e das evidências empíricas dos argumentos à disposição dos pesquisadores. A opção deste texto é clara e fundamenta-se na convicção de que a geografia política tem muito mais a ganhar na aproximação das reflexões teóricas e das pesquisas empíricas da ciência política do que nos debates em torno das abstrações teórico conceituais da sociologia, tendo em vista a objetividade dos impactos espaciais das decisões *erga omnes* da política e para evitar os riscos da falácia, muito comum na literatura sociológica, de considerar a política como uma esfera a mais do mundo social. Que fique claro, a escolha da ciência política como melhor recurso interdisciplinar da geografia política não significa empirismo sem conceitos e sem teorias, muito pelo contrário, por esta razão é neste campo que se encontram os trabalhos de geografia política mais instigantes da atualidade.

Outro fantasma da geografia política é, também paradoxalmente, o modelo Estado moderno territorial⁸. E aqui se coloca a questão que não quer calar. Como fazer geografia política sem compreender o que é esse modelo? Até para criticar é preciso conhecer e a recusa em debruçar sobre o objeto, substituindo a análise por adjetivos que em muitos trabalhos de geografia daria um bom glossário da incompreensão sobre o que se trata. O que certamente não contribui ao campo da geografia política é deixar as pesquisas aos cientistas políticos.

O livro organizado por John Hall, *Os Estados na história*⁹, é leitura obrigatória para quem quer conhecer não apenas sobre o Estado, mas sobre os debates nas diferentes correntes intelectuais sobre ele. Em sua introdução, Hall chama a atenção para esse modelo institucional, “dada a importância da coerção e da violência como

⁸ Já escrevi e falei sobre o tema em diferentes oportunidades, as referências estão disponíveis ao público que se interessar.

⁹ Hall, J. (Orgs.). **Os Estados na História**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992 [1986].

forças que afetam a trama histórica”, e que a existência hoje do Estado só pode ser saudada como um desenvolvimento benéfico. Hall refere-se ao papel do Estado como instituição que trouxe para si a violência dispersa no interior da sociedade. Uma rápida leitura da história europeia e o modo como a violência individual e coletiva estava profundamente arraigada nas suas sociedades facilita a compreensão dos argumentos dos contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau. Neste sentido, apesar das correntes, tanto as liberais como as marxistas, que apostaram no seu desvanecimento, muito mais como esperanças alimentadas por suas teorias sociais do que pelos padrões reais de desenvolvimento social, a redescoberta do Estado demonstra que ele deve ser considerado em seu contexto histórico e não a partir de modelos abstratos que, descolados da realidade apostam no seu desaparecimento. Para o autor, discutir o Estado é discutir o político e, claro, a compreensão diferenciada que cada civilização teve sobre o seu papel e a sua organização.

O século XXI ainda vive sob o formato institucional do modelo Estado moderno ocidental, mesmo que haja casos em que apenas a existência de fronteiras corresponda ao modelo. Se pensarmos que esse modelo se inscreve na *longue durée* de Braudel, ainda vamos ter que conviver com suas normas por algum tempo, melhor então compreendê-lo. Para a geografia política é um problema de pesquisa inescapável pelos impactos que o poder que reside nesse aparato tem sobre o território e a sociedade. O campo das políticas públicas, da geografia eleitoral, do planejamento, do meio ambiente e muitos outros não podem ser aprofundados fora dos marcos da regulação do Estado e do modo como atores sociais organizam seus interesses. Lembrando que este é uma instituição da sociedade, fundado e gestado na sua própria história, mesmo que esta tenha sido aquela imposta pela colonização, daí a importância do tema do *state building*. Tratar o Estado como um objeto separado da história social, como um nicho de poder contra a sociedade, bem ao gosto dos marxistas, anarquistas e ultraliberais é não ter compreendido a sua importância como o lugar da política e da regulação dos limites da violência. Há que perder as ilusões, cada Estado tem a cara da sua sociedade e cada sociedade no seu tempo elege formas de contenção para sua reprodução.

Essas são algumas das razões objetivas para retomar o tema Estado como ainda necessário à geografia política contemporânea. Na realidade, os desdobramentos do seu aparato institucional e o papel destes no ordenamento territorial e social foram obscurecidos na geografia crítica e sua perspectiva sedutora do determinismo estrutural comandado pelas relações capitalistas de produção. A aceitação desta causalidade

tornou-se um refúgio seguro contra as dificuldades conceituais, metodológicas e empíricas das muitas possibilidades abertas pelos fenômenos do mundo político e dos espaços políticos. Colocar a culpa no capital fica mais fácil, mas não resiste mais às evidências do mundo contemporâneo.

Reforçando o argumento, a estrutura institucional do Estado moderno é o *locus* do aparato político e do direito à coerção legítima para a regulação dos conflitos de interesses nas sociedades contemporâneas. Nenhuma sociedade complexa pode se reproduzir sem alguma forma de regulação de conflitos, e já houve várias formas ao longo da história das sociedades: repúblicas, impérios, aristocracias, dinastias, feudalismo. É banal, mas é sempre bom lembrar. À geografia política cabe, por sua vez, mostrar como o espaço é uma dimensão inescapável dos interesses e dos conflitos e como o território é a arena fundadora da política e das condições necessárias à existência e durabilidade da *polis*. O caráter desses conflitos e os modos como eles aderem ao espaço, encontram múltiplas possibilidades analíticas abertas por algumas das matrizes conceituais da ciência política, e oferecem bases explicativas que conferem visibilidade aos atores políticos e sua inserção territorial.

A história do Estado moderno¹⁰ e posteriormente Estado-nação pode ser contada pela submissão dos territórios e de suas elites ao poder político centralizado do *Príncipe*. Se esta centralidade territorial do poder foi a fórmula inovadora para instituir uma ordem política duradoura, como anteviu Maquiavel, a sua consolidação foi alcançada mediante a unificação de um *ethos* identitário de base territorial. Ou seja, com a produção social da crença numa comunidade de destino, respaldada pelo direito histórico à posse de um território. Muitas guerras foram travadas em nome da crença nesse direito; as disputas hoje são outras, mas continuam tendo a posse e domínio sobre território como questão.

Porém, o Estado moderno, politicamente republicano e organizacionalmente impessoal, universalista e cívico é, do ponto de vista do seu formalismo, um modelo abstrato do ideal iluminista de racionalidade, liberdade e igualdade. Este modelo, germinado no absolutismo do século XV e consolidado nas condições históricas do ocidente capitalista – individualista e liberal – difundiu-se pela periferia do sistema, levando consigo os ideais de progresso, de civilização e de desenvolvimento como percursos essenciais para alcançar aquilo que, no centro do sistema, era apresentado

¹⁰ Extraído de Castro, I.E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Editora Bertand, 2005.

como os marcos civilizatórios mais próximos daquela utopia. Neste sentido, a reprodução do modelo Estado Moderno europeu para a periferia do sistema e o processo de incorporação do nacionalismo, fundamento simbólico para o Estado-nação, resultaram em situações muito diferentes que, mais do que negar, confirmam a territorialidade e a historicidade desta instituição. Na realidade, o pacto legitimador do Estado Moderno se faz a partir da articulação de vetores externos – a soberania conferida por outros Estados, inaugurada no Tratado de Westfalia – e de vetores internos – a soberania das normas centralizadas, garantida pela obediência civil. Não é possível, portanto, compreender esta instituição sem considerar esta dupla dimensão fundadora: o pacto externo legitimador da sua soberania e o “*contrato social*” interno, legitimador da centralidade territorial de obediência às suas normas. O Estado Moderno tem, pois, evoluído, no tempo e no espaço, como resultado da interação dinâmica dessas forças, externas e internas. Esta tensão aliás, foi claramente percebida por Gottmann¹¹ ao elaborar os conceitos de *circulação* e de *iconografia* na década de 1950.

Na atualidade, as forças da *circulação* do novo paradigma tecnológico que impõe competitividade, velocidade e inovações que favorecem o capital financeiro e as grandes empresas são condições que afetam tanto a forma como as funções do Estado. Na escala mundial, estas condições resultam no processo de globalização com todas as consequências conhecidas: enfraquecimento das economias nacionais, redefinição das relações internacionais com a busca de novas solidariedades regionais, protecionismos, conflitos de interesses entre Estados centrais e periféricos. Na escala nacional, o aumento e a complexidade das demandas sociais confrontam-se cada vez mais com aparatos estatais que enfrentam grandes dificuldades para fazer frente a estas demandas. Em todo o mundo, os Estados, ricos ou pobres, devem confrontar-se com imposições externas e internas que exigem reformas e adequações para atender às novas exigências e compromissos assumidos em nome das solidariedades regionais e para satisfazer pressões das suas sociedades civis sobre a variedade e qualidade dos seus serviços. A força das *iconografias* é, segundo Gottmann, o que limita localmente a submissão irrestrita às forças da circulação.

Considerar na geografia política o Estado e suas instituições é ter consciência do contexto e das circunstâncias nas quais estão inseridos os problemas eleitos para as pesquisas, ou mesmo o objeto definido como interessante para ser investigado. Não se

¹¹ Gottmann, J. **La politique des états et leur géographie**. Paris: Libraires Armand Colin, 1952.

trata de uma geografia do Estado, objeção simplória, mas de conhecimento do ambiente social e político no qual as pesquisas são feitas. Os modelos de análise centrados na economia política que vêm no modo de produção capitalista uma causalidade unívoca já está há décadas superado nas melhores cabeças da geografia, resistindo ainda em nichos de poucos bons estudiosos que depositam uma fé quase religiosa nesse modelo ou como uma *paleo* visão que resiste apenas na periferia, América Latina especialmente. O que nos obriga a voltar sempre que possível ao assunto.

Problema semântico

A indiferenciação da terminologia geografia política e/ou geopolítica tem trazido mais confusão do que clareza. Tudo passa a ser geopolítica ou tudo é geografia política ignorando-se que são dois campos bem estabelecidos, com objetos e problemáticas próprias. Minha suposição é que se tratou inicialmente de um problema da geografia francesa da década de 70 do século XX. Tudo começou com o libelo de Yves Lacoste¹² contra o que ele identificou como a geografia a serviço das estratégias de guerra dos Estados Maiores militares. Os artigos de Stéphane Rosière¹³ e de Arnaud Brennetot¹⁴ analisam esse momento e suas implicações no desconforto quanto aos estudos de geopolítica, vistos na França como a produção de um conhecimento estratégico à serviço do nacionalismo alemão, numa Europa com potências em disputa por hegemonia no início do século XX. O texto de Lacoste e sua análise pelos dois autores citados oferecem pistas importantes para o incômodo no contexto francês com a geografia política de Ratzel e da posterior deriva na *geopolitik* alemã, antes e durante a II Guerra Mundial. Mas, uma leitura mais atenta revela o pano de fundo da disputa entre a França e a Alemanha, mas que foi bem além tornando-se disputa no próprio campo da geografia francesa e desta com os anglo-saxões, como indicado por Rosière.

A questão da crítica aguda de Lacoste à geografia dos Estados Maiores ou de uma geografia à serviço do poder, tornando necessário banir esta forma de produção de conhecimento que afetou profundamente a geografia política e a geopolítica, levanta uma questão de princípio, um tanto banal, mas fundamental: que conhecimento, uma

¹² Lacoste, Y. **La géographie, ça sert, d'abord à faire la guerre**. Paris: Librairie François Maspero, 1976.

¹³ Rosière, S. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: Rückert, A.A.; Silva, A.C.P.; Silva, G. de V. **A integração Sul-Americana e a inserção das regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 87-95.

¹⁴ Brennetot, A. Por uma geografia política construtivista. In: Azevedo, D.A.; Castro, I.E.; Ribeiro, R.W. **Os desafios e os novos debates na geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2021.

vez produzido, pode ser protegido de ser apropriado pelo poder, qualquer poder? A aventura colonial das potências europeias e suas escolas nacionais de geografia foram amplamente criticadas, bem como a geografia política e geopolítica europeias, colocadas durante décadas no ostracismo. Parece-me que não ocorreu o mesmo com a antropologia, sociologia e outras ciências como a física, a química, a matemática, a biologia cujos conhecimentos foram amplamente utilizados na dominação colonial e nas guerras travadas dentro e fora da Europa. Os geógrafos que vivem outros contextos, geográficos e históricos, precisam refletir mais criticamente sobre as contingências e circunstâncias¹⁵ das ideias antes de aderir aos seus cânones.

Em 1967, portanto uma década antes do libelo de Lacoste, dois geógrafos e professores universitários americanos, Glassner e De Blij lançam o livro *Systematic political geography*¹⁶ e no capítulo sobre a geopolítica chamam a atenção para as disputas na Europa no início do Século XX e afirmam que

a geopolítica foi nocauteada no período entreguerras, devido aos geógrafos que distorceram algumas das ideias básicas da geopolítica na pseudociência da *Geopolitik*, versão chauvinista, agressiva e antidemocrática da geopolítica que levou a muita destruição física e intelectual antes e durante a II Guerra Mundial (GLASSNER & DE BLIJ, 1967, p.263).

Para esses autores, do outro lado do Atlântico, a geopolítica é um dos objetos de estudo dos geógrafos políticos que se propõem a examinar as atividades do Estado para além das suas fronteiras. Para eles, infelizmente muitos geógrafos confundem geografia política com geopolítica. Numa geopolítica hoje classificada como clássica, os autores não se sentem nem um pouco constrangidos em trabalhar nesse campo, ressaltando sua deriva no nacionalismo alemão. Suas circunstâncias eram outras.

Da mesma forma, a escola de geopolítica brasileira era bem estabelecida desde as primeiras décadas do século XX em clara conexão e admiração pelos geopolíticos europeus, não apenas os alemães. Depois da segunda guerra, o eixo da geopolítica voltou-se para os Estados Unidos e, no Brasil, os trabalhos do General Golbery do Couto e Silva são exemplares das ressonâncias da Guerra Fria. Rosière destaca o fato de que a palavra geopolítica não era tabu no Brasil, como era na França, especialmente

¹⁵ Penso em: “Eu sou eu e minha circunstância”, frase célebre de Ortega y Gasset.

¹⁶ Glassner, M. I.; De Blij, H. **Systematic political geography**. John Wiley & Sons, 1967.

Geografia Política: o que é afinal e para que serve

depois de 1945. Ou seja, as circunstâncias de Golbery eram bem diferentes daquelas de Lacoste.

Em 1986, é lançada uma obra monumental em três volumes organizada por Yves Lacoste: *Géopolitiques des régions françaises*¹⁷ que para alguns franceses merecia ter um título mais simples como *Geografia política das regiões francesas*. Mas, é compreensível, pois correspondia a intenção de Lacoste de “usar o termo para não deixar o campo livre nem o monopólio do termo geopolítica”. Ao tomar contato com a obra em 1990 estranhei o título, uma vez que o conteúdo é um percurso histórico dos principais atores do processo político de construção das identidades regionais e dos regionalismos. Conheci bem esta literatura produzida no Brasil e na Europa para trabalhar com o regionalismo da Região Nordeste¹⁸. Em nenhum momento e em nenhum lugar houve confusão entre luta política na escala regional e geopolítica.

No caso da geopolítica crítica, seus cânones estabelecidos nos anos 1990 por geógrafos anglo-saxões tiveram adesão daqueles da vertente crítica da geografia de forma quase hegemônica, como aponta Stéphane Rosière¹⁹ que chama a atenção para alguns problemas de fundo dessa vertente. O foco nos discursos e representações inspirados no trabalho do filósofo Henri Lefebvre levou a um modo de análise que esvazia o espaço da sua materialidade, aplicando-se pouco ao seu estudo, que afinal ainda é objeto da geografia e da geopolítica. Para a corrente de influência do pensamento lefebvriano, o mundo não é visto como uma realidade objetiva, mas sobretudo como um conjunto de subjetividades e visões pessoais em permanente reconstrução. Rosière, que considera o mapa um trunfo nas análises da geografia política e da geopolítica, é bastante enfático a esse respeito e considera que os geógrafos críticos estão a ponto de descartar os mapas, percebidos como obsoletos, enquanto, inversamente, o fato de citar muitos filósofos tornou-se necessário em um artigo de geografia. Desdenhado por essa vertente como uma ferramenta de poder, o mapa também nunca parece ser percebido uma ferramenta de “*contra-poder*” por essa corrente. O autor chama ainda atenção para o desprezo dos críticos ao pensamento do planejamento e gestão do território, o que conduz essa abordagem a tornar-se estranhamente liberal a este respeito.

¹⁷ Lacoste, Y. *Géopolitiques des régions françaises*. Paris: Editora Fayard, 1986.

¹⁸ Castro, I. E. *O mito da Necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1992. Em segunda edição, Rio de Janeiro, Editora Terra Escrita, 2021.

¹⁹ Opus cit.

Na mesma linha, outra crítica interessante²⁰ destaca que, para ressuscitar a geopolítica, os geopolíticos críticos tiveram que se distanciar da geopolítica imperialista, racista e ambientalmente determinista da década de 1940. Ao fazer isso, no entanto, os geopolíticos críticos criaram um corpo de conhecimento que omite importantes variáveis explicativas necessárias para compreender a geopolítica pós-Guerra Fria. O argumento é que essa vertente crítica limita desnecessariamente a aplicação mais ampla do conhecimento da própria geopolítica porque, contraditoriamente é anti-geopolítica, anti-cartográfica e anti-ambientalista. Vale a pena verificar como os autores desenvolvem esses três argumentos. Também John Agnew²¹, geógrafo político crítico, chama a atenção para os excessos do determinismo econômico na geopolítica crítica ao analisar o texto de Alejandro Colás e Gonzalo Pozo²². Para ele, argumentar a importância das ideias e da política versus determinismo econômico no desenvolvimento de uma abordagem crítica da geopolítica leva a um beco sem saída intelectual e político.

A bibliografia é extensa e não é intenção deste texto aprofundar as muitas críticas às inconsistências do corpus teórico da geopolítica crítica, mas, apenas levantar algumas questões importantes, o que não substitui uma exploração mais ampla dessa literatura. Essa é uma tarefa urgente para debater de que modo o recurso às representações, aos discursos como construções de dimensões intangíveis da vida social afasta a geopolítica crítica do mundo real, tornando-se uma ferramenta de pouca utilidade para compreender o mundo e, paradoxalmente àquilo que seus defensores sugerem, transformá-lo.

Uma outra questão necessária para se refletir é a indiferenciação entre a geografia política e a geopolítica, oriunda inicialmente de uma problemática tipicamente francesa e posteriormente encampada pela geografia política crítica anglo-saxã. A recepção acrítica na geografia brasileira, tão crítica aos saberes hegemônicos externos, merece ser debatida seriamente. O uso indiscriminado do termo geopolítica, se atendeu aos objetivos do francês Lacoste de apagar o campo devido às questões dos abusos do nacionalismo alemão, e posteriormente a uma geopolítica fundada nas dimensões intangíveis do mundo social, pouco atenta à problemática espacial e sua complexidade,

²⁰ Terrence W. Haverluk, Kevin M. Beauchemin & Brandon A. Mueller. The three Critical Flaws of Critical Geopolitics: Towards a Neo-Classical Geopolitics. **Geopolitics**, p. 19-39, 2014.

²¹ Agnew, J. Capitalism, Territory and “Marxist Geopolitics. **Geopolitics**, 16:1, p. 230-233, 2011.

²² Colás, A.; Pozo, G. The Value of Territory: Towards a Marxist Geopolitics. **Geopolitics**, 16:1, p.211-220, 2011.

não contribui para a clareza nos temas, objetos, escalas e métodos de pesquisa seja na geografia política, seja na geopolítica. O campo da geopolítica continuará existindo e produzindo conhecimento enquanto houver territórios delimitados por fronteiras estatais e interesses nacionais. Seja para os Estados Maiores ou para quem mais se interessar, esse conhecimento agora deslocou-se para os cursos de Relações Internacionais. Perdem a geografia política e a geopolítica, submersas numa confusão indiferenciada de problemáticas e de escalas, e os geógrafos que deixam de partilhar de dois campos de produção do conhecimento e de debates fundamentais na atualidade.

O lugar da crítica

É consenso a importância da geografia crítica que se impôs a partir da década 1960 do século XX com a recepção que teve o marxismo e suas teses sobre a economia política entre os geógrafos. Centrada na dinâmica do capital e suas determinações sobre o mundo social, os novos problemas que emergiam naquela década como a revolta contra o racismo nos Estados Unidos, os ecos da guerra do Vietnã e das guerras coloniais, bem como na década seguinte as questões colocadas pela expansão urbana e a perspectiva das desigualdades sociais como problema, encontraram um modelo de análise adequado para, de modo prospectivo, não apenas identificar as causas, mas também buscar as possibilidades de transformação do mundo. A sedução de um modelo estruturalista que teoricamente uniria o conhecimento e a ação conquistou corações e mentes no mundo geográfico. Os limites no ajustamento do modelo às realidades históricas e geográficas foram imediatamente reconhecidos e debatidos nas ciências sociais. Mas, assimilado quase como fé na geografia crítica, ela saiu incólume dessas discussões.

Se, na geografia humana em geral e na geografia urbana em particular, a recepção dessa matriz foi bastante ampla, na geografia política suas bases teóricas tornaram-se problemáticas. Apesar da ácida crítica de Peter Taylor²³ à geografia política anterior à incorporação das teses marxistas nos anos 1970, para ele uma disciplina centrada no Estado e nas disputas hegemônicas de poder, seus argumentos demonstram os muitos equívocos dos geógrafos políticos radicais. O grande problema da vertente crítica na geografia é o excessivo foco na obra de Marx, e de outros marxistas como Henri Lefebvre, e a crença que nela estão todas as respostas que a geografia precisa,

²³ Taylor, P. Radical political geographies. In: Agnew, J.; Mitchel, K.; Toal, Gerard (Orgs.). **A companion to political geography**. Oxford: Blackwell, 2003.

tornando-se desnecessário debater outras vertentes teóricas. Na geografia política essa perspectiva resulta em evidente empobrecimento do campo, especialmente no debate teórico sobre o Estado e a política. Em relação ao primeiro há busca de uma teoria do Estado em Marx, que não existe, e a recusa em trazer ao debate a grande e variada bibliografia filosófica sobre o tema, inclusive de autores marxistas. Na política, o problema é o mesmo na medida em que para Marx não há negociação e acordo possível numa sociedade dominada pela classe capitalista que detém o poder do capital²⁴. Neste sentido, para marxistas a política é um campo de batalha entre os proprietários do capital e os trabalhadores livres, nunca um espaço no qual há possibilidade de disputa de interesses, acordos e transformações. É espantoso que os avanços que as lutas sociais trouxeram na segunda metade do século XX para a configuração do Estado de bem-estar e da democracia não sejam considerados. Esta limitação, me parece, ocorre por deixar de fora o amplo debate sobre revolução subsumida na transformação que ocupou muitas mentes das ciências sociais, inclusive marxistas, nos anos 1980 do século XX.

Um equívoco na centralidade da economia política é confundir os conflitos produtivos com os distributivos, ou melhor, submeter a distribuição da renda socialmente gerada aos determinantes da produção. Esta confusão, na melhor das hipóteses, reduz a política à economia, mas na realidade o que ela faz é eliminar a política e sua potencialidade explicativa, e também de ação, uma vez que esta foi deslocada para as determinações econômicas e a ação só é possível com a revolução. Muitos foram as controvérsias e as críticas à centralidade estrutural da economia política marxista, mas na geografia radical os ecos não foram importantes. Neste debate, um pequeno livro do filósofo francês André Comte-Sponville²⁵ traz ao debate um modelo de análise interessante para compreender as relações da economia com a política, que me foi muito útil em outro trabalho²⁶.

Vale a pena retomar os argumentos do filósofo a partir da sua adaptação da relação entre as ordens de Pascal que, ele aponta, cada uma deve ter suas ações sempre limitadas de fora, ou seja, pela ordem superior:

²⁴ Três livros são bem interessantes para uma iniciação a essa controvérsia: Bobbio, N. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Editora Unesp, 2004; d'Arcais, P. F. **La politique, la existence et la liberté**. Hanna Arendt. Paris: Bordas, 1995; Wagner, E.S. **Hanna Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

²⁵ Comte-Sponville, A. **Le capitalisme est-il moral?** Essai, 2006 (Existe disponível em português).

²⁶ Castro, I.E.; Teixeira, A. Imagens públicas da desordem no Rio de Janeiro: uma nova ordem ou o "Ridículo de Pascal"? **Revista CIDADES**, v.5, n.7, p. 93-107, 2008.

A *ordem um* é a tecnocientífica, é aquela da economia, da ciência e da técnica e é estruturada internamente pela oposição entre o possível e o impossível. O possível pode ser assustador e voltar-se contra a própria humanidade, o que torna obrigatório limitar essa ordem, o que é feito pela *ordem dois*, a jurídico-política estruturada internamente pela oposição entre o legal e o ilegal. Concretamente a lei e o Estado é o que definem o limite da *ordem um*. O que limita do exterior essa *ordem dois*, é a *ordem três*, a ordem moral, estruturada internamente pela oposição entre o bem e o mal, entre o dever e o interdito, pois o conjunto do moralmente aceito é mais restrito do que é juridicamente cogitável, já que a lei não impede o mal (...). A *ordem quatro* seria a da ética que não limita, mas completa a *ordem três* (COMTE-SPONVILLE, 2006, p.104-106)²⁷.

A argumentação é bem mais longa e permite tomar a distinção das ordens como uma grade de leitura que ajuda a colocar melhor os problemas no sentido de que quanto mais se é lúcido sobre a força da economia, mais se é exigente sobre o direito e a política, ou seja, compreender e aprimorar a ordem política e seus controles externos pela moral. Mas, para isto há que considerar os limites das imposições estruturais da vertente crítica, que na geografia brasileira ainda são importantes.

As objeções às argumentações trazidas até aqui focam na centralidade contemporânea dos problemas da pobreza, da injustiça social, da desigualdade, da exclusão, objeções com base na concentração do capital em poucas grandes empresas em poucos países, como provas cabais das distorções insuperáveis do modo capitalista de produção. Claro que essas são questões necessárias e têm sido temas frequentes na geografia, brasileira em particular, mas qualquer que seja o objeto a ser investigado há uma causalidade prévia: a dinâmica do capital frente à qual todos os atores sociais não hegemônicos encontram-se previamente derrotados. Não à toa tem sido mais fácil nas dissertações e teses da vertente crítica gastar muito mais tinta nas discussões conceituais do que na pesquisa empírica para uma visão mais acurada do problema e da questão colocados sob análise. Afinal, para que pesquisar se as respostas já são conhecidas?

Para aqueles que adotam a vertente da geografia crítica há algumas vantagens: já há meio caminho andado no modelo teórico conceitual que enquadra a realidade e a obriga a ajustar-se a ele; o uso de uma axiologia que padroniza o discurso dos pares e cria uma identidade entre aqueles moralmente justos, preocupados com as desigualdades e as injustiças provocadas pelo capitalismo e seus comandos globais; a ilusão de que está atuando para a transformação do mundo que torna o geógrafo crítico

²⁷ Op. cit. p.104-106.

mais militante do que cientista, apaziguado por fazer o bom combate. Mas há ainda mais vantagens: a eleição de um autor essencial permite participar de mais um grupo que se considera intelectualmente diferenciado a partir de um guia intelectual, um líder – os marxistas, os lacostianos, os lefebvrianos, os miltonianos.

Para evitar mal-entendidos, os geógrafos políticos que trabalham fora da vertente crítica não ignoram as complexas questões sociais colocadas na atualidade pelas questões econômicas, culturais ou políticas, apenas os recursos epistemológicos e metodológicos mobilizados para fazer avançar o conhecimento sobre elas são mais plurais. Além disso, a bem debatida questão dos processos de transformações sociais no sentido de mais justiça, ou seja, a compreensão dos conflitos distributivos não cabe mais nos marcos revolucionários como aqueles estabelecidos desde a revolução americana no século XVIII. As consequências negativas das revoluções no século XX são bem conhecidas e, desde a metade deste século, as sociedades que alcançaram os melhores níveis de bem-estar e justiça social, além de ter uma economia capitalista, são aquelas cujos espaços políticos foram ampliados. Um olhar para a história e a geografia do mundo mostra bem isso, afinal as sociedades que atingiram os melhores parâmetros de justiça social são capitalistas, democráticas e possuem Estados eficientes.

No caso do Brasil, identificar problemas e formular boas perguntas é um primeiro passo para produzir conhecimento na geografia política sobre as complexas condições de reprodução da sociedade e do espaço, que inclui conhecer as características das interações sociais, os conflitos de interesses de diferentes grupos sociais e o modo como esses conflitos se materializam nos espaços regionais e urbanos. O leque de possibilidades é amplo, mas é condição *sine qua nom* debruçar-se sobre o problema do *state building* no país e todas as marcas que esse processo deixou. Há que se perder as ilusões, a história social do país não é bonita e não é pelo excesso de liberalismo ou de capitalismo, nem pela condição de periferia. No entanto, mudanças importantes têm ocorrido no país, identificá-las e pesquisar seus atores é fundamental. Surpresas podem surgir, afinal nem todas as mudanças são boas, as eleições de 2018 revelaram um país que poucos na academia sequer suspeitavam existir, mas que aí está, já existia, mas não era visível para nós. Mas não estamos sós, nos Estados Unidos e em outros países na Europa também houve surpresas. Compreender essa onda e suas causas é tema necessário para a geografia política contemporânea.

Dois temas importantes na atualidade: a democracia e o populismo.

A democracia, sua valorização, expansão e dimensão espacial, é tema inovador e cheio de possibilidades de crescimento do corpus analítico da geografia política²⁸. O debate sobre seu passado, atualidade e futuro encontra-se em plena efervescência nas ciências sociais e a grande questão é se ela resiste às condições colocadas frente às sociedades de massas plurais com demandas cada vez mais variadas, com esferas públicas cada vez mais ativas com a expansão das redes sociais e com ativismos políticos cada vez mais radicais. Bom lembrar que o processo decisório em ambiente democrático é sempre lento, há que ouvir diferentes interesses, debater propostas nos espaços legislativos, formular decretos e leis que, na maioria das vezes não agradam a todos. É por essa articulação com a sociedade que sua espacialidade é evidente, como bem observou Alexis de Tocqueville em sua obra clássica de 1835, *Da democracia na América*, uma vez que é no espaço que ela se materializa. Na geografia crítica ainda há resistência ao tema, assim como nas ciências sociais de matriz marxista sob o argumento de que a liberdade de expressão e o direito ao voto não foram capazes de reduzir as desigualdades sociais. O argumento é capcioso, uma vez que a democracia não prometeu essa redução, embora nas sociedades em que ela existe há mais tempo é onde os níveis de desigualdade mais se reduziram. Outra objeção é a impossibilidade de haver democracia em sociedades desiguais, de novo um argumento capcioso uma vez que a história dos países, esquecida às vezes pela geografia, tem demonstrado que em condições de liberdade de expressão, de organização e de representação política, grupos socialmente marginais têm conseguido colocar suas demandas na arena política e obter respostas positivas.

Na mesma linha que venho argumentando acerca dos fundamentos teóricos conceituais adequados às análises da geografia política, Barnett e Low²⁹ criticam a maior atenção dos geógrafos às questões sobre a globalização, o neoliberalismo e as críticas ao capitalismo nas últimas décadas do século XX, deixando de dar a devida atenção à tendência global de proliferação de regimes democráticos e sua importância para a compreensão da geografia política do mundo contemporâneo. Para os autores, como consequência, a democracia como teoria e como prática ficou esquecida pela disciplina bem como suas bases espaciais e os efeitos para a institucionalidade da

²⁸ Tenho desenvolvido o tema desde o início de 2000. Teses e dissertações foram defendidas no Geopoll (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território), além de artigos e livros publicados.

²⁹ Barnett, C.; Low, M. *Geography and Democracy: An Introduction*. In: Barnett, C.; low, M. (Edts) *Spaces of democracy*. Londres, Sage, 2004.

política, com fortes efeitos na sociedade e no espaço. Clive Barnett³⁰ chama ainda a atenção para o igualitarismo dogmático, no qual haveria uma precedência da justiça (apresentada como um padrão de resultados equitativos) em relação às normas do processo democrático. Segundo o autor, essa concepção majoritária na geografia crítica não considera seriamente os limites democráticos do raciocínio sobre a justiça como um ideal igualitário, já que não consideraria o respeito ao pluralismo nas demandas das pessoas. É nesse sentido que ele defende que as análises sobre justiça espacial deveriam levar em consideração as normas republicanas de não dominação, para além dos ideais igualitários dominantes de justiça. Interessante notar que Barnett afirma que essa mudança de foco daria novos contornos à análise crítica, deslocando esse termo da corrente da geografia radical para a análise mais institucionalista/pluralista, como ocorreu nas correntes oriundas da economia política.

O debate sobre a democracia nas vertentes liberal e crítica é muito interessante, especialmente pela ideia de liberdade em relação ao indivíduo e à coletividade e as possibilidades de que ela possa existir nas sociedades capitalistas. Em um debate com marxistas italianos em 1976, Norberto Bobbio³¹ respondeu à provocação de um sociólogo que citou a declaração de Lênin sobre ser a democracia o melhor invólucro para o capitalismo, ao que Bobbio respondeu que o socialismo era o melhor invólucro para o autoritarismo. Este diálogo é uma síntese ainda válida para o debate atual, embora a ideia de democracia seja discutida e não haja mais uma negação tão peremptória como a de Lênin nos teóricos críticos contemporâneos. No entanto, sob a condição determinante da igualdade social objetiva, e não aquela formal para a existência da democracia, os argumentos dos críticos são no mínimo exercícios de contorcionismos teóricos conceituais para esconder uma visão rousseuniana de democracia, ou seja, o indivíduo é obrigado a aderir à vontade geral para ser livre, além disso, a democracia só pode vicejar em condições muito especiais, no caso do grande filósofo, apenas em alguns cantões da sua Suíça natal. Nenhuma sutileza neste argumento e essa perspectiva aproxima autores da esquerda, como Chantal Mouffe, aos de extrema direita como Carl Schmitt. Aliás, é interessante o flerte de alguns autores de esquerda com algumas proposições desse autor, festejado teórico do nazismo³². O

³⁰ Barnett, C. **The priority of Injustice: locating democracy in critical theory**. University of Georgia Press, 2017

³¹ Bobbio, N. et al. **O marxismo e o Estado**. Edições Graal, 1979.

³² Os trabalhos desses autores estão disponíveis, em parte, em português. Já os mencionei em diferentes ocasiões.

problema que une essas vertentes é a ideia central de que democracia verdadeira só existe se exercida diretamente pelo povo, entidade mal definida, mas que tem servido aos discursos populistas, tanto de direita como de esquerda. Neste debate opõem-se os argumentos a favor da democracia representativa e aqueles da democracia direta e, de novo, a esquerda encontra-se ao lado dos liberais radicais. A geografia política tem muito a contribuir com o debate, como temos feito³³.

É na abertura do espaço político ao povo que se coloca na atualidade o problema do populismo como a questão política central das democracias do século XXI. O problema não é novo, mas a crescente complexidade dos processos decisórios e a ampliação das demandas nas sociedades democráticas contemporâneas coloca em foco a capacidade de os sistemas eleitorais das democracias representativas efetivamente darem voz a todos os membros da *pólis* moderna, compreendida indistintamente como o povo e, mais uma vez, uma palavra que suporta muitas definições. Mas, a questão central que divide o debate em dois lados bem definidos é se o movimento populista tem em sua índole realizar enfim o projeto democrático de entregar o comando da *pólis* diretamente ao povo, como resposta às insatisfações com a democracia representativa ou se, ao contrário, esse projeto esconde uma tirania da maioria e, em alguns casos, de uma minoria capaz de catalisar as insatisfações de uma parcela da sociedade e se colocar como porta-voz das verdadeiras demandas do povo, substituindo-se ao aparato institucional da democracia liberal.

A eleição de Trump nos Estados Unidos em 2016, o referendo do Brexit em 2016, as derivas autoritárias ou iliberais de Viktor Urban, Primeiro-ministro da Hungria desde 2010, o crescimento das intenções de voto em Marine Le Pen, representante da extrema direita francesa, a obtenção da maioria no parlamento italiano pelo Partido 5 Estrelas em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e acrescente-se à lista a eleição de Hugo Chávez em 1998 na Venezuela e seu sucessor Nicolás Maduro em 2013. Todos esses são fatos políticos de extrema importância na atualidade e, com exceção do Brexit, o desprezo pelas instituições da democracia representativa é o único ponto em comum em personagens tão díspares. Essas vitórias têm merecido grandes debates e o recurso à geografia eleitoral para identificar o lugar e o perfil do eleitor desses líderes. Em linhas gerais, o achado mais comentado, no caso dos Estados Unidos e no Brexit, foi o voto de

³³ Azevedo, D. A. **O sofisma da democracia participativa. Uma interpretação geográfica da participação política.** Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2021, é um bom exemplo desse debate na geografia política.

uma classe média empobrecida, branca, heterossexual, conservadora e residente em áreas do interior, de economia pouco dinâmica não contemplada com as políticas dos governos anteriores. Ou seja, era o voto dos desiludidos. No caso europeu continental, um retorno ao discurso nacionalista frente aos crescentes fluxos migratórios e, no caso francês em particular, soma-se o problema de como lidar com a numerosa população muçulmana. Com exceção da Venezuela, o recurso às redes de internet têm sido fundamentais para uma pretensa comunicação do líder com o povo, como fez Trump e faz Bolsonaro, e na Itália a ideia mesmo de que com a internet é possível finalmente chegar à democracia direta.

Na ciência política a bibliografia é crescente e na geografia política John Agnew e Michael Shin lançaram em 2020 o livro *Mapping populism. Taking politics to the people*³⁴, buscando um olhar da geografia sobre o problema. O título aliás é bem sugestivo da ideia de devolver a política ao povo. No mesmo ano, o historiador Pierre Rosavallon lançou o livro *Le siècle du populisme. Histoire, théorie, critique*³⁵. É interessante acompanhar os argumentos sobre o tema apresentados por dois geógrafos políticos do campo crítico e aqueles do historiador liberal. Vou levantar apenas poucos pontos de divergência e deixo aos interessados a leitura dos dois livros, o que vale a pena.

Agnew e Shin exploram o crescimento recente do populismo nos Estados Unidos e na Europa ocidental, em particular o Reino Unido, a França e a Itália. Os autores propõem uma perspectiva geográfica para testar o principal dogma do populismo: uma política não mediada pelas diferenças geográficas e práticas institucionais é possível devolvendo o estado territorial para o povo. Para eles, esta é a alternativa populista ao que tem se tornado “normal” na política eleitoral exercida através de partidos com distintas circunscrições demográficas e geográficas. Para os autores o populismo não é apenas um problema para a dita democracia liberal, mas significa o fim do otimismo sobre a expansão da democracia representativa baseada em eleições multipartidárias e a institucionalização das regras legais que caracterizou os anos 1990.

Rosavallon, por sua vez, escolhe fazer uma história do populismo como uma história longa do caráter problemático da democracia, sendo seu objetivo fazer uma

³⁴ Agnew, J.; Shin, M. **Mapping populism. Taking politics to the people**. Londres: Rowman & Littlefield, 2020.

³⁵ Éditions du Seuil, Paris, 2020. Lançado recentemente no Brasil: **O século do populismo história, teoria, crítica**. Ateliê de Humanidades Editorial, 2021.

crítica aprofundada da teoria democrática que estrutura a ideologia populista. É neste sentido sua análise e crítica a autores como Chantal Mouffe e Ernesto Laclau³⁶ que defendem o populismo como um modo de construção do político (Laclau) ou como uma fronteira política construída no modo populista transversal que opõe o povo à oligarquia (Mouffe). Enquanto esses autores são considerados fundamentais para a compreensão teórica do caráter do populismo como o retorno do povo ao espaço político, como indicam Agnew e Shin, o historiador francês analisa os argumentos de ambos e aponta questões importantes que aproximam esses autores com as ideias de Carl Schmitt, já apontadas antes.

Neste ponto temos uma oposição ao que propõe Rosavallon, que considera o populismo uma faceta da democracia, uma dimensão inédita do ciclo político que se abriu na virada do século XXI. Para ele, o populismo se insere nas tensões da própria democracia representativa e constitui uma forma limite do projeto democrático, ao lado de duas outras formas limite: das democracias mínimas (reduzida ao direito de eleger os dirigentes) e as democracias essenciais (definidas pela implantação de um poder-sociedade encarregado da edificação do bem). Ambos sujeitos a derivas: oligárquicas no primeiro caso e autoritárias no segundo. Neste sentido, para o autor francês, o populismo é uma forma de democracia polarizada e ameaçada de derivar para uma “*democratura*”, ou seja, um poder autoritário que continua, no entanto, dotado de capacidade (variável) de reversibilidade.

A contribuição dos geógrafos inglês e americano é importante para, a partir da análise dos mapas eleitorais, traçar um perfil demográfico e espacial da expressão do voto populista identificando as insatisfações locais que conduziram as escolhas do eleitor. O historiador francês, por sua vez, traz um debate teórico a partir das características da democracia e das possibilidades do sistema para a deriva populista em tempos e lugares diferentes. Para a geografia, debater a democracia liberal e as condições espaciais da sua legitimidade social é importante a partir do que se espera dela, bem como, ao analisar o discurso, a ação e a defesa intelectual do populismo há que se perguntar o que se espera dele. A geografia tem alguns trunfos para ajudar a elaborar respostas capazes de trazer a realidade para melhor enquadrar os limites dos idealismos de uma e do outro.

³⁶ Autores de vários textos sobre populismo muito citados na geografia.

Concluindo

A questão fundadora da geografia política continua sendo compreender como a política, no seu sentido institucional e operacional, invade as mais diferentes dimensões do espaço e, ao contrário do início do século XX quando a causalidade da política era procurada na geografia, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras deste século XXI é cada vez mais necessário estudar como a geografia é informada pela política. Com a crescente visibilidade da política, seu campo tornou-se mais amplo e complexo, obrigando a uma renovação de suas perspectivas teóricas e conceituais e, estou de acordo com Brennetot³⁷ quando declara que a geografia política se tornou um dos sub-ramos mais dinâmicos e fascinantes da geografia contemporânea.

Temos, em muitas oportunidades, chamado a atenção para as muitas possibilidades de um programa de estudos e pesquisas na geografia política, incluindo uma renovação teórico conceitual que vai muito além daquela da geografia crítica³⁸. Alguns temas já estão mais consolidados na disciplina, como as dimensões espaciais das políticas públicas e a gestão do território, e os fundamentos conceituais do institucionalismo têm trazido contribuições importantes. O problema da pobreza e da desigualdade social é tema recorrente na geografia, mas que é trabalhado muito mais como denúncia das mazelas impostas pelo capitalismo do que como uma perspectiva concreta da tentativa de compreensão dos conflitos distributivos. A pobreza deve ser tratada como um problema social e político nos contextos geográficos e históricos, não como um problema moral que, em tese, opõe os bons e os maus. Compreender a história da resiliência da pobreza em países como o Brasil é colocar-se a pergunta correta sobre a dificuldade das condições da igualdade no país, pois com a desigualdade a sociedade já está acostumada há muitos séculos. Denunciá-la é puro exercício de retórica que não contribui para a compreensão das suas condições de reprodução, e claro, de transformação.

Mas há outros temas inescapáveis da geografia política contemporânea. Podemos começar com o problema da democracia³⁹ e a tarefa dos geógrafos políticos em demonstrar a espacialidade inerente a esta forma de governo além, é claro, de a partir daí, contribuir com os muitos debates atuais sobre o tema no campo das ciências sociais e da filosofia. Tomando a democracia como questão, a geografia eleitoral que

³⁷ Brennetot, opus cit.

³⁸ Ver por exemplo as questões trazidas pelo geógrafo inglês Clive Barnett, especialmente seu último livro: *The priority of Injustice: locating democracy in critical Theory*, University of Georgia Press, 2017.

³⁹ Livros, artigos, teses e dissertações do Geopol têm abordado o tema sob diferentes prismas.

Geografia Política: o que é afinal e para que serve

por hora se encontra sob o domínio da ciência política, é fundamental para revelar o lugar do voto⁴⁰, mas também, a partir daí buscar conhecer o porquê das escolhas do eleitor⁴¹.

Também o problema do populismo, como inerente ou ameaça à democracia está na ordem do dia. Como identificá-lo a partir dos espaços políticos que ele ocupa e como ler suas características nas mensagens escritas que inundam esses espaços de apoiadores a líderes populistas, no Brasil e em outros países? Mas não só de populismo vivem as manifestações políticas no espaço. Estas têm sido temas de jornalistas e de cientistas sociais e a geografia política ainda tem se ocupado pouco desses fenômenos políticos que afinal nos fornecem algumas respostas interessantes sobre a relação entre os diferentes espaços políticos entre si⁴². Outra questão: que elementos essas manifestações agregam à noção de paisagem política?

Um problema complexo para o mundo da política é o modo como as redes sociais tornaram-se aderentes ao cotidiano das sociedades, o que traz desafios para a geografia política, além das tecnologias de informação e seus avatares no mundo político eleitoral. Que impactos sobre o espaço concreto têm tido esses espaços virtuais?

Estas são algumas das múltiplas possibilidades de contribuição da geografia aos muitos temas colocados na atualidade, desde que fique claro que não será com a causalidade absoluta do modo de produção capitalista, ou com a centralidade das dimensões intangíveis das representações que o mundo complexo que nos cerca será compreendido. À geopolítica crítica cabe a tarefa inadiável de revisão dos excessos da adesão à imaterialidade dessa vertente que prioriza abordagens imagético discursivas para evitar o risco de tornar-se sem relevância intelectual. A geografia política, por sua vez, tem um vasto campo de investigação frente aos desafios colocados para a compreensão do mundo contemporâneo a partir da renovação teórico conceitual de seu campo.

⁴⁰ No Geopoll duas dissertações sobre a geografia eleitoral dos candidatos vinculados à IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), de Danilo Fianni, e aos grupos milicianos, Vinicius Juwer, no Rio de Janeiro são quase premonitórias do que ocorre hoje na política brasileira e no Rio de Janeiro.

⁴¹ Minha contribuição ao tema: Castro, I.E. Por que é preciso falar de partidos políticos, de eleições e de democracia. In: Rodrigues, J. N.; Monteiro, L. C. R. (Orgs) **Crise e reinvenção dos espaços da política**. Consequência, Rio de Janeiro, 2020.

⁴² Dissertações e teses têm sido produzidas no Geopoll sobre as manifestações políticas e as paisagens políticas.